



Mercado de Trabalho em Massinga: *entre a acumulação e a informalidade*

Albert Farré

Conference Paper nº 36

III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO IESE

“MOÇAMBIQUE: ACUMULAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO EM CONTEXTO DE CRISE INTERNACIONAL”

(4 & 5 de Setembro de 2012)

III Conferência do IESE.

“Moçambique: Acumulação e Transformação num Contexto de Crise Internacional”

Maputo 4-5 de Setembro de 2012.

**Mercado de trabalho em Massinga.
Entre a acumulação e as informalidades.**

Albert Farré.
Post-Doctoral Fellow of the Human Economy Program.
Faculty of Humanities. University of Pretoria.
Republic of South Africa.
fantura2@hotmail.com

O controlo da força de trabalho tem sido um factor importante nas transformações sociais acontecidas na África austral, principalmente desde o início das diferentes explorações mineiras nos planaltos sulafricanos, na metade do século XIX. No caso do sul de Moçambique, também as plantações de cana de açúcar do Natal a partir de 1860 levaram a muitos habitantes das redondezas da baía de Maputo, de boa ou má vontade, ao trabalho assalariado.

O controlo desta força de trabalho -quer dizer a apropriação de parte da produção derivada dela- tem sido um dos aspectos principais para a consolidação dos diferentes poderes e estados na África austral antes, durante e depois do sistema colonial¹. Porém, o aumento da escala na procura de força de trabalho derivada da industrialização da produção mineira foi talvez o alicerce principal da economia política colonial na África austral. Neste contexto, o sul de Moçambique converteu-se na reserva de mão de obra permanente² mais importante para a indústria mineira sulafricana desde inícios do século XX até a metade dos anos setenta, quando a dupla mudança da transformação tecnológica da indústria mineira e das mudanças geo-políticas derivadas da independência de Moçambique conduziram a uma redução importante da procura sul-africana de mão de obra em Moçambique (Davies & Head, 1995; Covane, 2001).

Esta especialização da economia no sul de Moçambique na exportação de mão de obra tem condicionado as possibilidades de produção agrícola. Se, por um lado, os homens ausentavam-se durante longos períodos de tempo, por outro o sistema colonial sobrecarregou às mulheres a trabalhar por força nas culturas de rendimento (algodão e arroz). O resultado foi uma fraca produção de alimentos e uma dependência importante dos salários dos mineiros para a subsistência.

A independência de Moçambique em 1975 quebrou o modelo existente durante o período colonial na tentativa de criar um sistema produtivo mais favorável aos moçambicanos. Porém a coincidência de muitos e diferentes factores (desestabilização económica e militar por parte da Rhodesia e depois da África do Sul; secas e cheias que contribuíram a impedir as metas de produção estabelecidas; erros importantes nas decisões estratégicas dos governos moçambicanos...), nos anos finais da década dos setenta e inícios dos oitenta contribuíram ao falhanço do projecto de maior autonomia económica moçambicana. O resultado final foi que nos

¹A perspectiva marxista e o ênfase no controlo da força do trabalho, os modos de produção hegemónicos e a consciência de classe dominaram os debates académicos na África austral em geral, e no sul de Moçambique em particular durante os finais dos setenta e a primeira metade dos oitenta. O Caso de Moçambique é especialmente interessante porque não era só um intenso debate académico o que estava a acontecer, pois o debate acompanhava de facto um projecto político em andamento que consistia na destruição do Estado colonial/construção de uma sociedade socialista a partir do Partido-Estado, o centralismo democrático e a economia planificada (CEA, 1977; Palmer and Parsons, 1977; Ranger, 1978; O'Lauhin, 1981; Wuyts 1981; Marlyn; Wield & Williams, 1982).

²Enquanto muitos trabalhadores sulafricanos abandonavam o trabalho nas minas no tempo de irem trabalhar na agricultura, os moçambicanos eram trabalhadores que aceitavam um contrato de até dzoito meses seguidos nas minas, sem regressar para casa (CEA, 1977; Covane, 2001).

inícios dos anos noventa Moçambique era considerado o país mais pobre do mundo (Tschirley & Benfica, 2001), com índices de pobreza muito superiores aos existentes nos anos finais do colonialismo.

Ora, entre 1989 e 1994 aconteceu uma nova transformação geral da geopolítica mundial e regional que, em linhas gerais, pode-se resumir com a seguinte sequência: queda do muro de Berlim em 1989; em 1992 Nelson Mandela foi liberado da cadeia, e assinaram-se os Acordos de Paz entre a Frelimo e a Renamo. Finalmente, em 1994 houve eleições democráticas tanto em Moçambique como na África do Sul, o que contribuiu a consolidação da SADC como união regional da África austral. Desde 1994 até hoje Moçambique tem experimentado estabilidade política, uns percentagens de crescimento económico importantes ligados a um aumento radical da desigualdade social³; e um aumento da população tal que faz que as melhoras experimentadas na oferta de serviços públicos básicos (saúde e educação) durante a última década fiquem muito em baixo em relação ao que seria necessário. Apesar das mudanças acontecidas nesta última fase, o sul de Moçambique continua a ter uma estrutura económica em grande parte dependente da África do Sul.

Neste artigo vamos focar no distrito de Massinga, e vamos tentar pôr em relação a realidade económica actual do distrito com os debates sobre o mercado de trabalho e a agricultura no sul de Moçambique. O objectivo principal do artigo é contribuir a este debate com um estudo de caso procedente da região sul de Moçambique, mas diferente do caso de Chokwe. O caso de Chokwe, pelo seu complexo de irrigação e tentativa de industrialização da produção agrícola, tem atraído o interesse da maior parte dos investigadores (Wardman, 1985; Hermele, 1986; Bowen 1989; Roesch, 1991; Covane, 2001; Valá, 2003). O caso de Massinga é bastante diferente: existe uma dependência alimentária -o distrito não produz comida suficiente para as pessoas que vivem nele-, e ao mesmo tempo um dinamismo económico que cria um mercado de trabalho fora da agricultura.

Assim, o nosso artigo consta de três partes. Na primeira vamos descrever os diferentes sectores económicos do distrito⁴, e vamos identificar aqueles onde pode-se apreciar mais dinamismo e maior nível de acumulação, assim como qual é o tipo de emprego que criam. A seguir vamos relacionar o caso de Massinga com os debates sobre agricultura e emprego no sul de Moçambique. Estes debates foram constantes durante todo o século XX, antes e depois da independência (Freire de Andrade, 1949; Harris, 1959; Rita- Ferreira, 1963; O'Lauhin, 1981; Wuyts 1981; Van den Berg, 1987). Mas, para simplificar, vamos focar num debate iniciado por

³Desigualdade que já existia no período colonial e manteve-se durante o período socialista (Casal, 1988; Bowen 1989).

⁴O distrito é bastante grande e, apesar de termos tentado recolher a sua diversidade, os nossos dados procedem principalmente das proximidades da vila de Massinga e da zona da costa. Embora termos falado com pessoas que procedem do posto administrativo de Chicomo, os nossos dados desta parte do distrito são indirectos e mais precários.

um artigo de Christopher Cramer e Nicola Pontara (1998) que, a partir de dados procedentes de Chokwe, salientava a necessidade de as políticas de redução da pobreza focarem no emprego rural. Este artigo, em certo modo, provocou uma série de contribuições de Mary Anne Pitcher (1999), Bridget O’Laughlin (2000) e, finalmente, David Tschirley e Rui Benfica (2001). Muitos dos argumentos que apareceram ao longo deste debate vão servir-nos para expôr e comentar o caso de Massinga.

Finalmente, no fim do artigo vamos fazer uma reflexão sobre os méritos e as limitações dos conceitos de “economia informal” e “informalidades”, e vamos propôr algumas linhas de investigação futura para aprofundar na relação entre agricultura e mercado de trabalho no sul de Moçambique.

Massinga: um distrito populoso, diverso e dinâmico.

Geografia física e humana.

Massinga é um distrito com uma extensão de 7.458 Km², e uma população de 184.531 habitantes segundo o recenseamento de 2007, o que faz dele o distrito mais populoso da província de Inhambane. A vila sede foi recentemente elevada à categoria de município. Devido às diferentes características do solo e do regime das chuvas, a população concentra-se em determinadas partes do distrito, que podem chegar a atingir densidades de população bastante elevadas⁵. O distrito não conta com um rio de caudal permanente, mais sim com lagoas de dimensões diversas e pequenos rios que ali desaguam na época das chuvas. No posto administrativo de Chicomo, na parte mais interior do distrito, há zonas com boas condições de pasto, assim como áreas de savana arborada onde se pratica a caça de fauna bravia menor. No leste, o distrito é banhado pelo oceano Índico, onde a pesca e o turismo convivem como actividades económicas que, segundo o contexto e o nível de regulamentação, poder-se-iam complementar bem. Na costa mais setentrional, o distrito conta com uma zona protegida: a Reserva Natural de Pomene.

A população é principalmente jovem devido ao acelerado crescimento demográfico das últimas décadas (Francisco, 2012b), mas um facto que merece ser salientado por pouco conhecido é que nas áreas rurais encontra-se também bastante população idosa que já viveu e trabalhou no meio urbano, mais decidiu regressar ao local de origem para passar lá a última fase da vida. As razões desta decisão podem aportar muita informação sobre as prioridades e os projectos de vida de muitas pessoas. O Sr. Humberto⁶, por exemplo, um técnico em farmácia reformado, que trabalhou muitos anos no hospital José Macamo de Maputo, respondeu a pergunta de porque decidiu regressar à terra que o viu nascer da seguinte maneira: "*A cidade é como a maré, é melhor o barco sair antes de*

⁵Também deve dizer-se que as deslocações provocadas pela guerra (1978-1992), que em muitos casos tornaram-se permanentes, aumentou o nível de concentração.

⁶Os nomes das pessoas citadas foram mudados.

ficar inutilizado por ela”. Mais afrente vamos voltar de novo a este depoimento.

Uma percentagem elevada de população idosa que encontramos nos distritos acostuma a ter um nível de formação escolar superior à dos seus filhos, o que sem dúvida é consequência da quebra educativa produzida pela prolongada guerra civil (1978-1992). Muitos atingiram a quarta classe do sistema educativo colonial⁷, o que deu-lhes acesso a empregos administrativos, ou outros em qualquer caso melhores que o trabalho nas culturas de rendimento ou a emigração às minas. Outro dado significativo é que, embora pelos anos trabalhados com contrato -sendo a segurança social descontada do salário- muitos destes reformados teriam direito a receber pensão, a maioria a não recebem por uma acumulação de factores: por perda ou destruição dos documentos acreditativos, por desconhecer a lei e o processo de requerimento (muito mais complicado -impossível até?- vivendo nos distritos), e também pelo desleixo dos arquivos e a fraca capacidade de serviço público do(s) Ministério(s) correspondentes. De facto, foram eles próprios que me informaram desta situação, e pediram-me procurar informação sobre este assunto quando eu estiver no Maputo. Segundo me disse o Sr Chico, que trabalhou na circumscrição de Morrumbene e na fábrica 2M: “A pena é que os nossos filhos que estão no Maputo só sabem andar no dumba-nengue, não conseguem entrar num Ministério a perguntar nada”.

Se aquelas pessoas que tem direito a ela recebessem a pensão nas áreas rurais, por pequena que fosse, esta, além de ser um facto de justiça e de representar uma melhora do nível de vida das pessoas idosas, voltar-se-ia num estímulo importante à economia local. A realidade, porém, é que muitas vezes estes casais que regressam ao campo só conseguem adaptar-se as condições de vida rural se “mandam vir” uma criança para ajudar nas tarefas domésticas (carregar água e lenha, por exemplo, entre outras de mais leves). Este “mandar vir” uma criança⁸ - representando uns direitos adquiridos sobre a própria descendência- é um exemplo de como o sistema de parentesco era e é, entre outras muitas coisas, uma forma de hierarquia social que permite aos mais velhos (*nhonzo*) controlar a força de trabalho dos mais novos (*nzizana*), e aos homens a força de trabalho das mulheres (Young, 1978; Alpers, 1984; Kruks & Wisner, 1984; Comaroff, 1987; Fialho, 1998).

Os serviços de saúde do distrito, apesar das melhoras experimentadas na última década, também não conseguem atender às necessidades destas pessoas idosas, nem do conjunto da população em geral⁹. Igualmente o número de escolas aumentou muito, mas a realidade é que os serviços de educação ainda não são suficientes para garantir uma boa formação escolar à maioria

⁷Não é fácil a equivalência no sistema educativo actual, assim como também não é fácil a comparação entre o mercado laboral colonial e o actual.

⁸Geralmente uma neta ou uma sobrinha, embora estes termos da língua portuguesa não correspondem às relações de parentesco do sul de Moçambique, descritos pela antropologia social como de tipo omaha (Kuper, 1981; Webster, 1981).

⁹Actualmente está na fase inicial o relançamento de formação de Agentes Polivalentes Elementares (APEs) cuja função será atingir as populações muito afastadas da rede do Sistema Nacional de Saúde.

da população¹⁰.

Sectores Productivos: Agricultura, pecuária e pesca.

Fala-se de agricultura de subsistência como um modo de descrever um nível de produção tecnologicamente baixo, e uma grande dependência das chuvas para conseguir uma colheita que possa garantir as necessidades domésticas da alimentação. Porém, o facto é que actualmente o distrito de Massinga não produz o suficiente para alimentar a população local (Muvale, 2005; Farré, 2010) (ver foto 1 e 2). Esta realidade não é nova, pois tem a ver com a história da região ligada a migração masculina e a dependência dos salários dos homens (Covane, 2001). Muito provavelmente a baixa produção actual também é consequência da excessiva intensificação da produção de algodão durante o período colonial, intensificação que desrespeitou os períodos de pousio necessários para a regeneração dos solos arenosos da região (Almeida 1959; van den Berg 1987; Roesch, 1991)¹¹. A presente acumulação de pessoas nas áreas mais férteis também não ajuda a manter os níveis de produção de subsistência, num território cada vez mais ameaçado pela deflorestação e pela erosão (República de Moçambique, 2005).

A produção que sim que produz excedentes é a de árvores, nomeadamente tangerineiro e coqueiro¹². Porém, muitas vezes a fruta apodrece no chão, em parte por falta de meios de escoamento a outros distritos e províncias, em parte porque as pessoas que tem transporte usam-no para outros sectores mais lucrativos que o do comércio de fruta (ver foto 3¹³).

Encontramos o exemplo de um *privado*¹⁴ que dedica-se a exploração de uma plantação de bananeiras na localidade de Malamba, ao norte do posto-sede. Esta plantação foi iniciada por ele próprio com as poupanças feitas na África do Sul. Ele próprio comercializa a produção entre diferentes clientes localizados ao longo da estrada nacional entre Massinga e Maxixe. As outras duas pessoas que comercializam a fruta foram: um homem que leva coco para vender na Beira, e outro que produz um destilado de alta graduação (*ntontonto*) com mandioca e tangerina, e vai

¹⁰Tschirley e Benfica (2001) mostraram-se bastante optimistas pelas melhoras produzidas pelo investimento do estado na educação, mas a evolução da última década mostra que, no caso de Massinga, foram optimistas de mais. Por um lado o aumento da população restou muito impacto ao esforço investidor feito pelo estado, por outro aumentar o nível da educação escolar de um país é um processo muitíssimo mais complexo que construir escolas e enchê-las de crianças e jovens. Embora esta seja a fase inicial e imprescindível, de facto implica iniciar processos de socialização abrangentes e multifacetados (culturais, linguísticos, epistemológicos) difíceis de planificar e de avaliar.

¹¹Não temos dados actuais nem da produção total do distrito nem da puvliomentria, mas seria interessante comparar as séries estatísticas dos últimos vinte anos com as que oferece Almeida para a década dos 50.

¹²Massinga é o limite norte da grande presença de coqueiros de Inhambane, de facto no norte do distrito já quase não há coqueiro. Também há cajueiros e mafurreiras, mas estes encontram-se de forma muito mais dispersa que no distritos mais ao sul.

¹³Foto tirada em Quême, uns 10 Km aproximadamente da vila de Massinga. A maioria destas tangerinas apodreceram, embora dois dos filhos da casa têm carros que poderiam transportá-las. Por outro lado, encontramos dois homens que afirmaram dedicar-se a venda de frutos: um leva coco a Beira, e o outro vende bananas da sua própria plantação a diferentes clientes ao longo da estrada até Maxixe. Estes dois casos são bastante excepcionais.

¹⁴Nome que recebem os moçambicanos que orientam a sua produção agrícola ao mercado, e empregam pessoas de forma temporária ou permanente.

vendê-lo ao distrito vizinho de Funhalouro. Nos dois casos são actividades esporádicas que, como veremos, dependem do transporte como actividade económica principal.

A pecuária é um elemento importante da economia doméstica, pois os bois são usados como tração (Ver foto 4). Na parte mais interior do distrito, assim como no distrito de Funhalouro, existe uma concentração de gado importante, mas não há registo dos volumes de acumulação de gado característicos de outros grupos da região como os nguni, os tswana ou os shona.. No sul de Moçambique, embora sempre existiu uma relação importante entre os rapaces e os bóis (Khambane, 1990)¹⁵; as mulheres habituaram-se ao uso da charrúa já nos anos quarenta e cinquenta (Bowen, 1987; Covane 2001). No sul de Moçambique, em geral, não existe um tabú que evite o contacto das mulheres e o gado, como pode haver em outras culturas da região, nomeadamente os nguni e os tswana (Comaroff, 1987).

Parece ser que a existência da mosca tse-tse e da tripanosomiase em boa parte do sul de Moçambique é um factor importante nas diferenças do papel do gado como forma de acumulação. Os constantes riscos de doença impediu ao gado converter-se num meio seguro de acumular riqueza. De facto, em Massinga as muitas doenças dos animais são ainda um entrave importante à criação de gado. Por outro lado, o relativo baixo número de gado bovino faz com que o seu preço seja muito elevado (ver foto 5¹⁶), o que faz com que os cabritos, os porcos¹⁷ e as galinhas sejam normalmente os animais sacrificados e consumidos nas cerimónias importantes.

A pesca é também uma fonte de alimentos importante. Nas proximidades da costa o peixe, fresco ou seco, assim como os carangueijos e outros moluscos que se apanham quando a maré está a vaziar, são um complemento habitual à mandioca, ao milho, ao amendoim e ao coco. Em Massinga, porém, não encontramos uma especialização na pesca como, por exemplo, encontramos nos distritos de Jangamo e de Inhassoro. Em Pomene existe uma certa tensão entre os fiscais da Reserva Natural e os pescadores, derivada da proibição da pesca de determinadas espécies, o que levanta o debate sobre como equilibrar as agendas da preservação do meio natural, do sector turístico e o das populações que moram perto da praia.

Em resumo a agricultura, a pecuária e a pesca contribuem a fornecer a alimentação local do distrito assim como um certo nível de trocas locais, mas sem garantir a segurança alimentar. Portanto, a comida que falta deve-se comprar ou com dinheiro vindo de fora (seja como remessas dos emigrantes ou, maiormente, enviada pelos familiares que tem emprego no Maputo), ou com dinheiro ganho nos empregos que existem no distrito.

Outros sectores económicos: transporte, turismo, função pública, informalidades.

¹⁵Pseudónimo de Eduardo Mondlane, cuja era das que família tinha bois, para a publicação das suas memórias de infância.

¹⁶Este bói adulto foi comprado por um transportista da Massinga por um preço de 14.000 meticaís, no ano 2010.

¹⁷Os porcos são preferidos para as celebrações tipo xitiqui, onde assiste muita gente e precisa-se de muita carne. O cabrito é mais apropriado para os sacrifícios aos antepassados (*missas mhamba*).

Para além da venda de comida (arroz, açúcar, caldo...), em Massinga, identifiquei três sectores com possibilidades de acumulação: o transporte (incluindo sobretudo o transporte que conecta o interior do distrito e a estrada nacional, assim como a praia a estrada nacional), a caça e o turismo.

Em Massinga existem também dois sectores produtivos de certo relevo: a fabricação de mobília com madeira procedente do próprio distrito, e a transformação das diferentes partes do coco para fazer óleo e sabão. Porém, parece-nos que a acumulação possível nestes dois sectores é limitada, principalmente pelo factor transporte. De facto, o transporte de pessoas e materiais de construção entre o interior e a estrada é, junto com o turismo, a área de acumulação mais importante do distrito. Ora, estes dois sectores não criam um nível de emprego formal que concorde com a progressão dos seus lucros.

No caso do transporte, à necessidade de movimento de pessoas junta-se também a febre construtora que existe em geral no país, e o transporte materiais de construção e trabalhadores (a maioria no informal) nas áreas afastadas da estrada nacional, onde também se constrói. A informalidade está aqui presente de diferentes maneiras: desde a falta de regulação do trânsito (e das licenças, e dos impostos) de transporte rodoviário fora da estrada nacional, até a existência de um número tão elevado de carros 4x4 de caixa aberta num distrito com níveis de pobreza tão elevados, e de motoristas que não atingiram a sétima classe, mas que, mesmo assim, conseguiram tirar a carta de condução.

Embora saibamos que uma parte importante das poupanças dos mineiros é empregue na compra de carros, (Farré, 2010) há margem para a suspeita que uma tal quantidade de carros de um valor de mercado considerável deve ter a ver também com a ilegalidade (por exemplo, carros roubados e levados ao distrito para serem vendidos por um preço muito inferior ao de mercado).

No caso do turismo existem dois sectores diferenciados: os *lodges* formais (no distrito destacam os de Morrungulo, e os da Reserva Natural de Pomene), normalmente geridos por estrangeiros (regra geral sul-africanos) e principalmente orientados ao turista estrangeiro. Por outro lado, o aluguer informal de casas particulares para fins comerciais. Isto é, o uso de residências oficialmente construídas para fins de habitação, mas de facto usadas com fins comerciais no sector do turismo. Os *lodges* criam emprego formal. No entanto, segundo nos disserem alguns entrevistados em Pomene e Morrungulo, uma característica dos *lodges* é mudar muito de dono. É comum o dono decidir vender o lodge depois de cinco ou seis anos de exploração, e o primeiro que faz o novo dono é mudar todos os empregados locais por outros da sua confiança. Dito por outras palavras, existe um modelo de negócio que não facilita a o investimento a longo prazo com perspectivas de consolidação de uma camada de profissionais no sector. Os empresários dedicam-se uma série de anos ao trabalho intensivo (auto-exploração), contratando principalmente

trabalhadores pouco profissionalizados, e quando acham bem vendem o *lodge* e levam os lucros acumulados.

Por último, o caso da caça está ligado a informalidade/ilegalidade da caça furtiva, e ao volume de negócio derivado da procura de carne no distrito (ver jornal Notícias, 12 de Julho de 2011)¹⁸. Neste caso, a informalidade tem muito a ver com a dificuldade burocrática para caçar legalmente ser excessiva, o que de facto aumenta o número de furtivos. Um dos nossos entrevistados, o Sr Zacarias, um senhor reformado que tem licença de armas e tratou a papelada toda na sede provincial, em Inhambane, afirmou que a licença por temporada de caça custa mais de 20.000 meticais (sem contar as despesas de transporte a Inhambane). Não sabemos quantas pessoas do distrito que de facto caçam conseguem obter a licença, mas suspeitamos que, dados o preço e as dificuldades burocráticas, poucos caçam com licença. Mas há carne de caça na venda ambulante (ver Foto 6).

Em resumo, em Massinga há formas de acumulação importantes, mas por diferentes razões nenhuma delas cria emprego formal permanente. Portanto, existe um mercado de trabalho, mas é um mercado de trabalho que em grande parte funciona numa lógica que situa-se fora ou nas margens do olhar e dos regulamentos do estado. Neste sentido o conceito de “informalidade” resulta útil (Mosca, 2009; Francisco, 2012a), embora ser-mos conscientes das limitações analíticas deste termo (Hart, 2010). Ora, como é este mercado de trabalho, e quais são as ditas lógicas que o fazem funcionar nas margens do Estado?

Mercado de trabalho em Massinga. Debate de escolas e perspectivas.

Nesta segunda parte vamos apoiarmo-nos no artigo de Cramer e Pontara (1998) para aprofundar no mercado de trabalho em Massinga. No artigo mencionado, os autores quiseram salientar principalmente dois argumentos: por um lado, a importância do trabalho assalariado para o grupo de população mais pobre, onde encontram-se muitas unidades domésticas compostas só por mulheres e crianças. Por isso recomendam uma estratégia de apoio ao sector privado rural de pequena escala, para fazer dele mais uma fonte de emprego rural de qualidade¹⁹. A grande preocupação dos autores era evitar uma visão simplista e romantizada do camponês auto-suficiente, sublinhar que a população rural de Moçambique tinha experimentado um nível de proletarianização importante, e que muita desta gente já não conseguia regressar a um modo de vida

¹⁸Em resumo a notícia relata a morte de uma pessoa como resultado do confronto entre as autoridades comunitárias e caçadores furtivos dos distritos de Massiga e Funhalouro. A pressão sobre a caça fez com que todos eles lutaram por uma zona que achavam própria, e as autoridades comunitárias perseguir e ameaçar os caçadores informais/furtivos “protegidos” pelos outros. A problemática da caça poder-se-ia analisar desde a perspectiva da tragédia dos comuns (Francisco, 2012a).

¹⁹Embora os autores não mencionam as palavras formal e informal, entende-se que as ditas políticas de apoio iam ajudar a transformar parte de emprego agrícola informal em formal, isto é, com direitos e deveres estabelecidos para as duas partes de um contrato que segue as leis e que, por sua vez, são garantidas pelo estado.

“típicamente” camponês (uma enxada, uma machamba e uns coqueiros).

O outro grande argumento é que a população rural está habituada a um nível de mobilidade rural-rural importante. Isto quer dizer que para além da migração à África do Sul ou a Maputo, existe uma mobilidade dentro dos próprios distritos. Mais uma vez eles usam este argumento para apagar a imagem do camponês isolado algures no mato, e construir outra de alguém que é capaz de deslocar-se entre 20 e 60 km por dia para conseguir emprego (Cramer & Pontara, 120).

Se temos decidido focar nos principais argumentos defendidos por Cramer e Pontara é porque achamos que são bons argumentos (o segundo deles até muito novedoso) para explicar o caso de Massinga, embora devem ser mais pormenorizados para encontrarmos todo o seu potencial explicativo. Aliás, achamos que a maior parte das críticas que receberam os autores foi porque quiseram abranger um debate sobre a estratégia de desenvolvimento a escala nacional com dados muito localizados em Chokwe.

Nós vamos focar agora em algumas aporções feitas por Pitcher (1999) e O’Laughlin (2000)²⁰ reagindo ao artigo inicial, e entretanto vamos ver como o conjunto pode servir para melhor compreender o caso de Massinga.

M. Anne Pitcher critica-lhes ter umas expectativas desmesuradas nas possibilidades de surgir um gran sector privado na gricultura, com possibilidade de oferecer contratos estáveis. O estudo de caso oferecido por Cramer e Pontara está situado em Chokwe, local que tem uma carcterísticas excepcionais de complexo agro-industrial. Mas por esta razão Chokwe não serve como exemplo geral de “zona rural”. Em Massinga em particular, onde não há industria nem investimento no sector agrícola, o emprego que encontra-se no sector privado agrícola é precário e simplesmente não recomendável para ninguém que possa evitá-lo²¹. Cramer e Pontara pareciam confiar que a política de consessões de grandes extensões de terras iam despoletar uma cascata de investimentos externos. Quando o investimento vem de grandes corporações, o estado pode ser capaz de acompanhar o processo e fiscalizar as condições de trabalho. A economia de escala e os grande lucros que vão tirar estas companhias facilita que possam oferecer uns preços de compra (de matérias primas) e uns salários considerados bons comparativamente aos preços e salários locais (Tschirley & Benfica, 2001; Cramer; Oya & Sender, 2008). Mas nem sempre é fácil atrair os investimentos das grandes corporações: “It is possible that we are dealing with a much smaller number of interested commercial companies eager to take land from peasants or willing to provide

²⁰ A resposta de Tschirley e Benfica (2001) já desloca o debate para zonas centro e norte de Moçambique, que “têm umas características geo-climáticas e socio-económicas bastante diferentes a zona sul”. Por isso, aquele artigo não tem tanto interesse para focar no caso de Massinga. O debate no zona centro e norte continuou com um novo artigo que convêm referenciar (Cramer; Oya; Sender, 2008).

²¹ Para além do “privado” que explora a plantação de bananas e emprega trabalhadores de forma temporária, entrevistámos um outro “privado” dedicado principalmente aos hortícolas, que tem uma decena de trabalhadores permanentes, que são pagos principalmente com alojamento e comida. Aproveito para agradecer ao Hélio Alexandre, da Direcção Distrital de Actividades Económicas, a ajuda recibida para realizar estas duas entrevistas

wage labour than Myers, West and Myers, or Cramer and Pontara claim. (...) Before we start arguing about the progressive potential of companies, we need to find out a lot more about who they are, what kind of capital they have and what are they prepared to offer” (Pitcher, 1999, 704).

Em Massinga, os únicos investidores estrangeiros encontrados são os donos dos “lodges”, e já referimos que, regra geral, não tem um modelo de negócio que potencie um tipo de emprego bem pago. Os sectores onde existe acumulação são iniciativa local e são mantidos nas margens do controlo estatal (informalidade), seja porque a administração distrital é fraca demais para reparar ou acabar com aquelas actividades, ou seja porque não tem interesse a entrar a fundo porque, como sugerem Mosca (2009) e Francisco (2012a), algumas pessoas encarregues de tal função estão envolvidas, directamente ou indirectamente, na dita acumulação informal.

Seja como for encontramos-nos com duas dinâmicas que encontram na ambigüidade um espaço de acomodação e que beneficia um certo tipo de acumulação que acontece no distrito de Massinga. Por um lado encontramos o que foi definido por Ayarza (1988) como “disengagement from the State”, e que consiste num sector importante da população ter encontrado um caminho próprio que não passa pela lealdade ao estado nem pelo protesto contra ele (o que implicaria um nível de *engagement*²² negativo orientado à procura do poder através de um programa político alternativo). Estas populações sentem-se a vontade num caminho intermédio, de indiferença em relação a construção de uma comunidade cívica e política representada pelo Estado de direito, e que talvez pode corresponder ao que em Moçambique foi definido como “deixa andar”²³. Por outro lado, está a segunda dinâmica que alimenta a esta primeira, e é retroalimentada por ela, e que em determinada imprensa moçambicana acostuma a ser referida como “a promiscuidade entre o público e o privado”. Sem termos em conta estas duas dinâmicas e o modo como se reforçam entre elas, e sem termos uma ideia de como vamos lidar com elas nos distritos, é difícil manter-se um debate a sério sobre estratégias de desenvolvimento rural.

Um outro comentário crítico levantado por Pitcher merece a nossa atenção. Cramer e Pontara, na sua tentativa de sublinhar a importância de emprego de qualidade tendem a negar a importância da posse de terra pela população. Se bem a terra não é suficiente para garantir o desenvolvimento rural (Negrão, 2008), não há necessidade em diminuir a importância da posse da terra para a sobrevivência e o bem-estar da população. O assunto é suficientemente complexo como para podermos aceitar que há várias coisas importantes ao mesmo tempo. No caso de Massinga, por exemplo, a produção agrícola não atinge os níveis de sobrevivência, mas isso não quer dizer que a posse de terra não seja importante.

²²Ayarza parte da distinção feita por Albert Hirschmann entre *Exit, Voice and Loyalty* para explicar o que quer dizer por *disengagement*.

²³Stephen Lubkeman tem usado o conceito de Ayarza nas suas análises sobre Moçambique (Lubkemann, 2004; 2005).

A importância da terra não se reduz a sua condição de meio de produção, e muitas vezes estas “outras faces” da terra são até economicamente mais relevantes. A própria terra e onde a população constrói, e já vimos que a construção é um dos sectores mais dinâmicos da economia em Massinga (Farré, 2010). Começamos o artigo citando as opiniões de pessoas idosas que regressaram aos distritos de origem após longos períodos de trabalho no Maputo. Estas pessoas não regressam a terra para produzir, regressam porque ali não encontram um lugar social que a cidade já não lhes reconhece. “*A cidade é como o maré, é melhor o barco sair antes de ficar inutilizado por ela*” nos disse o Sr. Humberto. A posse de terra oferece, pois, a possibilidade de evitar ficar inutilizado na cidade regressando ao campo. Se, além do mais, pudessem receber as pensões que lhes pertencem, a posse da terra poderia ser também uma maneira indirecta de distribuir a renda pelos distritos.

A terra é a campina dos pais, a igreja onde encontrar enterrados que também regressaram, a árvore onde fazer as cerimónias que vão garantir a saúde da família: dos filhos e “mais novos” que ainda estão a lutar por uma vida própria na cidade, ou na África do Sul. Quando fala-se do componente simbólico da terra não estamos a falar de coisas exóticas que só tem interesse para os antropólogos, estamos a falar de um facto que estrutura a vida económica rural em Massinga, e que tem muita relação com o segundo argumento de Cramer e Pontara (1998): a alta mobilidade da população. Efectivamente, existe uma mobilidade de longo alcance (migração), e uma de mais curto alcance (rural-rural), e também uma série de regressos ao campo que podem ser temporários ou já definitivos²⁴. Além do mais, estas mobilidades estruturais da sociedade rural afecta a homens, a mulheres e a crianças. Portanto a mobilidade é um ponto central para percebermos as dinâmicas socio-económicas de Massinga: não só os transportistas, os turistas ou os caçadores confiam na mobilidade para atingir os seus objectivos, mas as dinâmicas do parentesco (Webster, 1977; Kuper, 1981; Fialho, 1998) e da vida política local (Webster, 1981) vira ao redor de uma ou outra forma de mobilidade.

Em Massinga, de facto, a mobilidade das mulheres está muito ligada aos desequilíbrios da força de trabalho do que Cramer e Pontara conseguem apresentar para o caso de Chokwe. Porém, a maioria desta mobilidade não é para trabalhar no sector privado, senão para equilibrar as necessidades de trabalho doméstico dentro das diferentes unidades domésticas que pertencem a uma mesma linhagem (Earthy, 1968 ; Kuper, 1981).

Este é um aspecto muito importante para analisar o mercado de trabalho agrícola em Massinga, e um dos comentários de Bridget O’Laughlin ao artigo de Cramer e Pontara vai nos ajudar a aprofundar mais: “Non-monetised or subsistence production, much of it agricultural and carried out by women and children, remains a central component of household livelihoods across all regions. (...) Cramer and Pontara are right to emphasise the importance of improving conditions of

²⁴Ver o conceito de circularidade na migração (Potts, 2011)

many poor women in Gaza, but perhaps too dismissive of their non monetised production, particularly given the irregularity of employment in capitalist agriculture”. (O’Laughlin, 2000, 529).

O trabalho feminino no sul de Moçambique tem sido alvo de atenção em bastantes análises, seja na história pré-colonial (Young, 1977; Alpers, 1984; Zimba, 2003), colonial (Earthy, 1968; Isaacman, 1987; Roesch, 1991; O’Laughlin 2000; Covane, 2001), ou seja no contexto das aldeias comunais e cooperativas (Kruks & Wisner, 1984; Wardman, 1985; Casal, 1988; Bowen, 1989).

Em Massinga encontramos a situação seguinte: a maioria do trabalho rural de subsistência é feito por mulheres e crianças (ver foto 4) dentro do âmbito doméstico (não monetarizado). Grande parte dos deslocamentos temporários de noras, sobrinhas, “irmãs mais novas” e demais relações respondem a garantir trabalho doméstico suficiente para as necessidades básicas de subsistência (ajuda a parentes idosos, mulheres recém casadas ainda sem filhos que possam andar sozinhos), ou para os diferentes picos de trabalho durante uma cerimónia em casa de algum parente. Assim, segundo as palavras dos Comaroff, a agenda social masculina consegue subordinar a agenda social das mulheres e controlar o trabalho feito por elas (Comaroff & Comaroff, 1987). Neste contexto doméstico os direitos e deveres de cada membro estão regulados pelas instituições do parentesco: tanto pelo longo processo do casamento (lobolo), como pela chefia dos irmãos mais velhos sobre os mais novos e mais novas, mas em qualquer caso não pela legislação laboral.

O emprego no sector doméstico existe, mas só é oferecido por aquelas famílias que numa dada altura tem mais capacidade de pagar que braços efectivos. O emprego que existe no sector doméstico é muito localizado (envolve a vizinhos com quem já há uma relação que não é estritamente de mercado), e não monetarizado (as mais das vezes é pago com sabão, açúcar, ou outros bens, geralmente comprados fora a um preço mais baixo que o preço local²⁵).

Este tipo de trabalho também expressa não só as desigualdades que há entre unidades domésticas, mas também dentro das unidades domésticas (Fialho, 1998; Covane, 2001). As relações de parentesco são muito desiguais nos privilégios, direitos e responsabilidades que assignam aos diferentes membros, o que dá lugar a abusos. De facto, muitos jovens “mais novos” mais que migrar, fogem dos abusos dos seus “mais velhos”, e muitas moças aceitam casar para conseguir melhorar o seu estatuto através da maternidade (Mariano & Paulo, 2009). Também muitas primeiras e segundas mulheres fogem das más condições de vida ocasionadas pelos abusos de outros parentes (maridos, sogras, primeiras mulheres). Assim, a mobilidade é também uma força de resistência ao abuso, uma maneira de evitar o confronto pela distância. Por outro lado, também há casos de boa organização dos recursos em força de trabalho de uma linhagem, onde a hierarquia não é motivo de abuso senão de responsabilidade pelos mais novos. Muitos “mais novos” de hoje,

²⁵Por exemplo, alguns migrantes traziam estes productos não só para consumo doméstico, também para ter com que pagar aos “trabalhadores”.

de facto, conseguem ir a escola mais tempo do que o fizeram os mais velhos, e fazem-no graças ao apoio de algum “mais velho”.

Ora, no caso de Massinga todo este trabalho que pertence à lógica do doméstico e do parentesco não consegue produzir a alimentação necessária para a subsistência. Historicamente a migração massiva as minas sul-africanas oferecia o acesso a dinheiro que ia permitir comprar no mercado local. Nesse sentido as cantinas coloniais tinham uma função importante, no sentido de dar resposta à procura local existente graças aos salários dos migrantes (Covane, 2001).

Contudo, o situação mudou completamente nos finais dos anos setenta por dois razões diferentes. Por um lado, as nacionalizações do governo moçambicano conduziram a desestruturação dos mercados locais (Cravinho, 1998). Por outro lado o lobby mineiro sul-africano mudou de estratégia de produção: em vez de procurar quantidades imensas de jovens trabalhadores inexperientes, passou a contratar só trabalhadores experientes com melhor salário (Covane, 2001). Em poucos anos Moçambique passou a fornecer aproximadamente a metade de trabalhadores que habitualmente fornecia, e a metade que continuou com emprego -os mais experientes ou com melhor expediente disciplinar- passou a receber melhor salário. Todos estes factores fizeram aumentar a desigualdade social no campo (Davies & Head, 1995; Covane, 2001).

Assim, a partir dos finais dos setenta houve um sesgo geracional entre aqueles que puderam continuar ligados a economia formal dos empregos das minas, e aqueles cuja migração implicava já um nível maior de incerteza. A guerra aumentou de forma radical as incertezas, as desigualdades e a tendência à distância ou indiferença, ou *disengagement* (Ayarza, 1988), em relação a comunidade política construída a partir do estado (Lubkemann, 2004; 2005).

Estas desigualdades, incertezas e *disengagement* vem sendo reproduzidas até hoje pelo diferente acesso ao dinheiro que, afinal de contas, é preciso encontrar para comprar a comida que falta no distrito. Falta-nos saber como é que conseguem “desenrascar-se” estas gerações que já não tiveram acesso ao emprego nas minas. Para isso, mais uma vez vamos procurar a ajuda dos comentários de Bridget O’Laughlin: “Cramer and Pontara are right to link rural poverty to proletarianisation and accumulation of capital, but should extend their focus beyond capitalist agriculture. Crises of accumulation and restructuring of capital in southern Africa have led to grave unemployment in formal-wage sectors, yet young people continue to flow out of rural areas looking for jobs. Very few are registered as formally unemployed. The marauding migrant ex-soldier charcoal-burners competing with women for wood in Maputo province in the 1990s could be called small entrepreneurs making a living as best they can. In the parlance of southern Mozambique, however, a charcoal-burner (male) is synonym for unemployed.” (O’Laughlin, 2000, 527)

No fim da citação, O’Laughlin esta-se a referir de facto a uma realidade com muitas semelhanças à economia informal, que é tal como foi descrita por Keith Hart (1973) nos bairros

periféricos de Accra, quando o informal ainda não era um conceito de sucesso (Hart, 2010).

Economia, Estado e informalidade. Sucesso e limitações de um conceito.

O conceito do “sector informal” aplicado principalmente a economia dos países que foram colónias teve um sucesso fulgurante a partir dos primeiros anos 70s, quando um relatório da Organização Internacional do Trabalho (1972) difundiu o conceito usado pelo antropólogo inglês Keith Hart. Este autor queria explicar que os jovens dos bairros periféricos de Accra, capital do Gana, não podiam ser descritos só como desempregados.

Num contexto de insegurança e pobreza, eles sobreviviam graças a uma série de actividades caracterizadas pela incerteza, o risco e a precariedade. Nalguns casos estas actividades - chamadas informais- eram um complemento a outras actividades formais, noutros introduziam-se já dentro do território da ilegalidade, e até do crime.

Num contexto em que o Estado ainda era considerado o motor do desenvolvimento (Hydén, 1994), o mérito da descrição do submundo informal foi constatar que nem o Estado não é o centro da economia, nem a população espera por ele para agir na economia com níveis notáveis de imaginação e dinamismo. Por outro lado, o protagonista do posterior modelo hegemónico neo-liberal, o individuo calculador que escolhe as suas opções sempre em função dos lucros que espera obter, também não saia reforçado. O tipo de vida e de sobrevivência nos bairros periféricos é, precisamente pela sua instabilidade e insegurança estrutural, impossível sem contar com o apoio de redes de confiança amplas, cuja formação exige dar para poder receber quando não houver mais hipótese que pedir.

Contudo, o facto de o conceito informal ser co-optado pelas grandes instituições multilaterais não ajudou a refinar o conceito no local para onde ele foi pensado²⁶. Muito pelo contrário, como explica o próprio Hart,: “The dualism (formal-informal) and some of the thinking behind it received immediate publicity through its adoption in an influential Internacional Labour Office report on incomes and employment on Kenya, wich elevated the 'informal sector' to the status of a major source for national development by the bootstraps. (...) By now the multilateral institutions were worried about potential social explosions; and they felt that more attention should be paid to peasants and the urban poor. A vogue for promoting the 'informal sector' as a device for employment creation fitted in with this shift, since the dominant development paradigm was still Keynesian.

This was enough to encourage legions of researchers to adopt the term. Before long a substantial critique of the 'informal sector' concept had emerged. Marxist claimed that its

²⁶Décadas mais tarde Hart revisou as suas notas de campo para fazer isso mesmo (Hart, 2000).

proponents mystified the essentially regressive and exploitative nature of this economic zone, which they prefer to call 'petty commodity production'. (...) So the idea of an 'informal economy', could be said to have a double provenience reflecting its two sides, bureaucracy (development administration) and the people (ethnography).” (Hart, 2010, 145-146).

Hart explica o processo pelo qual algumas ideias que ele desenvolveu num simples *paper*, cristalizaram a volta de um conceito que foi lançado como uma solução pelas instituições multilaterais e, a partir de ali, todo o debate e os projectos que se faziam em nome do “sector informal” tomaram vida própria, independente do meio social para onde foi pensado. Este processo, que nem foi o primeiro nem será o último desta natureza, ajuda a entender os subtextos dos presentes debates sobre o emprego e a pobreza entre camponenses e bairros urbanos pobres. O facto, por exemplo, que a maioria de autores que temos citado na segunda parte deste texto evitam falar do informal, talvez tem a ver com o cansaço de percorrer várias vezes o mesmo beco sem saída.

Trabalho, Estado e Sociedade em Massinga. Balanço e perspectivas.

Finalmente, para nós também não afastarmos da realidade concreta de Massinga, vamos fazer agora um balanço-resumo de alguns pontos importantes que foram tratados, e que podem ajudar a definir pesquisas futuras.

- As realidades rurais são muito diversas e o ritmo das mudanças sociais é elevado. Mesmo numa região como o sul de Moçambique, que partilha muitas coisas em comum, as diferenças entre por exemplo Chokwe e Massinga são notáveis. Incluso dentro do distrito de Massinga encontram-se contextos muito diferentes, difíceis de comparar, entre a costa e o interior. Sem perder de vista a necessidade de reconhecer as dinâmicas regionais e globais (O'Lauhin, 2000) e preciso também, olhar as diferenças locais: como as populações reagem de diferente maneira aos mesmos fenómenos globais, como as sociedades africanas tem maneiras próprias de agir que é preciso reconhecer e valorar segundo as suas potencialidades e fraquezas (Ranger, 1977).
- No caso de Massinga, nem o contexto internacional global, nem a estrutura da força de trabalho a nível doméstico, nem o contexto ecológico e demográfico do distrito ajudam a uma produção agrícola que possa garantir a própria subsistência. Porém, a terra tem uma importância socio-económica que vai para além da maior ou menor produção agrícola.

- Existe em Massinga uma mobilidade estrutural que atinge a homens, mulheres e crianças; a jovens e velhos. No período colonial as migrações de longa distância eram muito mais previsíveis pelo acordo estabelecido entre o estado colonial e as corporações mineiras em partilhar os lucros tirados do controlo da mão de obra moçambicana. Desde que aquele sistema foi derrubado -por ambas as partes- a finais dos anos setenta, as movimentações da população são muito mais imprevisíveis, assim como o acesso a um emprego formal estável também é muito mais incerto. Porém, as populações afectadas tem encontrado estratégias para adaptar-se a nova situação, o que não quer dizer que muitas delas sejam especialmente positivas para o futuro.
- Existe uma distância geracional e um conflito latente entre os mais velhos e os jovens. Na actualidade, porém, ao contrário do relato etnográfico habitual, existe o paradoxo de os mais velhos serem os que tem uma experiência de vida e de trabalho mais próxima ao projecto moderno, e os mais novos terem outros horizontes e experiência que pde ser descrita como *disengagement from the state*. Por um lado, os mais novos não conhecem o que foi o sistema colonial nem o trabalho forçado como experiência pessoal, e, por outro lado, os mais velhos não rejeitam os costumes e os privilégios ditos tradicionais. De facto, muitos deles encontram-se agora entre os lugares de responsabilidade ritual e privilégio das respectivas linhagens, e esta condição, entre outras, dá sentido à sua presença no campo. Outra novidade é o impacto social recente da telefonia móvel, que dá a vida rural uma conexão mais intensa com os membros da família que estão longe e, em certa maneira, reformula as relações de parentesco.
- A situação de informalidade económica em que muitos jovens se encontraram por força desde finais dos setenta até hoje, junto com as informalidades alimentadas e promovidas pelo estado, na sua dimensão distrital e provincial, tem criado formas de acumulação informal que beneficiam a alguns poucos. Paralelamente, cresce entre a população mais jovem (a maioria) uma indeferença em relação à comunidade política e os valores cívicos que o estado representa.
- No caso de Massinga, a dimensão das informalidades que a administração distrital aceita, ou não consegue parar, cria a dúvida sobre se a administração controla as dinâmicas sociais existentes, ou se a própria administração está “infiltrada” por lógicas alheias a qualquer noção da função pública de um estado moderno.
- A força imperativa das relações de parentesco, com a capacidade organizativa que delas se desprende e também com as desigualdades e abusos que contribui a reproduzir, é talvez o referente principal da organização social básica e, portanto,

também do trabalho agrícola na esfera doméstica. Provavelmente a guerra, assim como as incertezas provocadas pelo fim do regime de trabalho nas minas, contribuíram a revigorar e reformular algumas instituições que normalmente são chamadas “tradicionais”, mas que tem mostrado uma capacidade de adaptação as mudanças muito superior ao estado.

- Finalmente, os debates político-acadêmicos muitas vezes esquecem-se das realidades que devem analisar e criam dinâmicas próprias que as isolam da realidade. É importante fazer o esforço de manter a atenção no que as pessoas fazem e tentar saber porque o fazem (as dificuldades que confrontam, os desejos que perseguem, os riscos que percebem...), mantendo uma atitude aberta às diferentes perspectivas, ideologias e disciplinas.

Bibliografia

Ayarza, Victor, 1988, “Reordering State-Society Relations: Incorporation and Disengagement” in Donald Rothchild and Naomi Chazan (eds.), *The Precarious Balance. State and Society in Africa*, Boulder and London: Westview Press, pp. 3-21.

Almeida, A., A. de, 1959, *Monografia agrícola de Massinga (Posto-Sede)*, Lisboa, Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, 10 (segunda série.).

Alpers, Edward, 1984, "State, Merchant Capital and Gender Relations in Southern Mozambique to the End of the Nineteenth Century: Some Tentative Hypothesis", *African Economic History*, 13, 23-55.

Bowen, Merle L., 1989, “Peasant Agriculture in Mozambique: The Case of Chokwe, Gaza Province”, *Canadian Journal of African Studies*, Vol. 23, N. 3, pp.355-379.

Casal, Adolfo Yanez, 1988, “A crise de Produção Familiar e as Aldeias Comunais em Moçambique”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, ns. 8 e 9, 157-191.

Centro de Estudos Africanos-UEM, 1998 [1977], *O Mineiro Moçambicano. Um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane*, Maputo: CEA-UEM.

Comaroff, Jean; Comaroff, John L., 1987, “The Madman and the Migrant: Work and Labor in the Historical Consciousness of a South African People”, *American Ethnologist*, Vol. 14, N. 2, pp. 191-209.

Covane, Luis António, 2001, *O Trabalho Migratório e a Agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992)*, Maputo: Promédia.

Cramer, Christopher; Pontara, Nicola, 1998, “Rural Poverty and Poverty Alleviation in Mozambique: What's Missing from the Debate?”, *Journal of Modern African Studies*, Vol.36, N. 1, pp. 101-138.

Cramer, Christopher; Oya, Carlos; Sender, John, 2008, “Lifting the blinkers: a new view of power,

diversity and poverty in Mozambican rural labour markets”, *Journal of Modern African Studies*, Vol. 46, N. 3, pp. 361-392.

Cravinho, João, 1998, “Frelimo and the Politics of Agricultural Marketing in Mozambique”, *Journal of Southern African Studies*, Vol. 24, N.1, pp. 93-113.

Davies, Robert; Head, Judith, 1995, “The Context of Mine Migrancy in the Context of Broader Trends in Migration in Southern Africa”, *Journal of Southern African Studies*, Vol. 21, N.3, pp. 439-450.

Earthy, Dora, 1968 [1933], *Valenge Women. The Social and Economic Life of the Valenge Women of Portuguese East Africa*, London: Frank Cass & Co Ltd.

Farré, Albert, 2008, “Vínculos de sangue e estruturas de papel: ritos e território na história de Quême (Inhambane)”, *Análise Social*, vol. XLIII (2ª), pp. 393-418.

Farré Albert., 2010, “Formas de investimento das poupanças no local de origen por parte dos emigrantes do sul de Mozambique. O caso do distrito de Massinga (Inhambane)”, en: Luis de Brito; Carlos Castel-Branco; Sérgio Chichava e António Francisco (coords.), *Protecção social. Abordagens, desafios e experiências para Moçambique*, Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), pp. 213-233.

Fialho, José, 1998, *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*, Maputo: AHM.

Francisco, António, 2012a, “Estado e Informalidade: Como Evitar a ‘Tragédia dos Comuns’ em Maputo?” IDEIAS, Boletim do IESE n. 41.

Francisco, António, 2012b, “Moçambique e a Explosão Demográfica: Somos muitos? Somos Poucos?” IDEIAS, Boletim do IESE n. 45.

Freire de Andrade, J.M.A., 1949, *Reatórios sobre Moçambique*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional. 1º vol [1º ed. 1907].

Harris, Marvin, 1959, “Labour Emigration among the Mozambique Thonga: Cultural and Political Factors”, *Africa* Vol. 29, N. 1, pp. 50-66.

Hart, Keith, 1973, “Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana”, *Journal of Modern African Studies*, Vol. 11, N. 1, pp. 61-89.

Hart, Keith, 2000, “Kinship, Contract and Trust: The Economic Organization of Migrants in an African City Slum”, in Diego Gambetta (ed.), *Trust: Making and Breaking Cooperative Relations*, electronic edition, Department of Sociology, University of Oxford, chapter 6, pp. 176-193, <<http://www.sociology.ox.ac.uk/papers/hart176-193.pdf>>

Hart, Keith, 2010, “Informal Economy” in), in Keith Hart; Lean-Louis Laville and Antonio David Cattani (eds.), *The Human Economy. A Citizen's Guide.*, Cambridge: Polity Press, pp. 142-154.

Hermele, Kenneth, 1986, “Lutas Contemporâneas pela posse de terra no vale do Limpopo. Estudo do caso do Chókwè, Moçambique, 1950-1985”, *Estudos Moçambicanos*, N. 5/6, pp. 53-81.

Hydén, Goran, 1994, “Changing Ideological & Theoretical Perspectives on Development”, en U. Himmelstrand; K. Kinyanjui & E. Mburugu, (eds.) *African Perspectives on Development*, EAEP, Nairobi, pp. 308-319.

Isaacman, Allen, 1987, “Régulos, diferenciação social e protesto rural: o regime do cultivo forçado do algodão em Moçambique, 1938-1961”, *Revista Interacional de Estudos Africanos*, Ns. 6 e 7, pp. 37-82.

Khambane, C, 1990 [1946], *Chitlango, Filho do Chefe*, Maputo: Cadernos Tempo.

Kuper, Adam, 1981, “Tied by Bridewealth: The Tsonga case”, in Eileen Jensen Krige and John L. Comaroff, (eds.), *Essays on African Marriage in Southern Africa*, Cape Town: Juta, pp, 68-83.

Kruks, Sonia; Wisner, Ben, 1984, “The State, the Party and the Female Peasantry in Mozambique”, *Journal of Southern African Studies*, Vol.11, N. 1, pp. 106-127.

Lubkemann, Stephen C., 2004, "Reduzir o colonialismo á sua real dimensão: a migração internacional entre os moçambicanos do Centro-Sul, 1990-1999" in Clara Carvvalho e João de Pina Cabral (orgs.), *A persistência da História. Passado e Contemporaneidade em África*, Lisboa, ICS, pp. 253-292.

Lubkemann, Stephen, C., 2005, “Migratory Coping in Wartime Mozambique: An Anthropolgy of Violence and Displacement in 'Fragmented Wars’”, *Journal of Peace Research*, Vol. 42, N. 4, pp. 493-508.

Mariano, Esmeralda & Paulo, Margarida, 2009, *Infertilidade/Fertilidade. Áreas escondidas do nosso quotidiano*, Maputo: Kula.

Marleyn, Oscar; Wield, David; Williams, Richard, 1982, “Notes on the Political and Organisational Offensive in Mozambique and Its Relationship to Agricultural Policy”, *Review of African Political Economy*, N. 24, pp. 114-120.

Manghezi, Alpheus, 1983, “Ku Thekela: Estratégia de Sobrevivência contra a Fome no Sul de Moçambique”, *Estudos Moçambicanos* 4, 19-40.

Mosca, João, 2009, “Pobreza, Economia ‘Informal’, Informalidades e Desenvolvimento”, Comunicação apresentada à II Conferência IESE, 22-23 Abril 2009, Conference Paper N. 34, IESE.

Muvale, Jordão, 2005, “O não exemplo da extensão agrária e a segurança alimentar em Massinga”, em Benigna Zimba e José P. Castiano (coordenadores), “As ciências sociais na Luta contra a Pobreza em Moçambique”, Maputo: Filsom Entertainment, págs: 155-177.

Negrão, 2008 [2002], “A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres” em *Repensando a terra e as modas do desenvolvimento rural*, Maputo: Texto Editores, pp. 151-163.

O’Laughlin, Bridget, 1981, “A questão Agrária em Moçambique”, *Estudos Moçambicanos* 3, 9-32.

O’Laughlin, Bridget, 2000, “Class and the Customary: The Ambiguous Legacy of the *Indigenato* in Mozambique”, *African Affairs* 99, pp. 5-42.

O’Laughlin, Bridget, 2002, “Proletarianisation, Agency and Changing Rural Livelihoods: Forced Labour and Resistance in Colonial Mozambique”, *Journal of Southern African Studies*, Vol. 28, N. 3, pp. 511-530.

Palmer, Robin; Parsons Neil, (eds.), 1977, *The Roots of Rural Poverty in Central and Southern Africa*, London: Heinemann.

Pitcher, M. Anne, 1999, "What's Missing from 'What's Missing?' A Reply to C. Cramer and N. Pontara, 'Rural Poverty and Poverty Alleviation in Mozambique: What's Missing from the Debate?'", *Journal of Modern African Studies*, Vol. 37, N. 4, pp. 697-709.

Potts, Deborah, 2011, *Circular Migration in Zimbabwe & Contemporary Sub-Saharan Africa*, Claremont: UCT.

Ranger, Terence, 1978, "Growing from the Roots: Reflections on Peasant Research in Central and Southern Africa", *Journal of Southern African Studies*, Vol. 5, N. 1, pp. 99-133.

Rita-Ferreira, António, 1963, *O Movimento Migratório de Trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Roesch, Otto, 1991, "Migrant Labour and Forced Rice Production in Southern Mozambique: The Colonial Peasantry of the Lower Limpopo Valley", *Journal of Southern African Studies*, Vol. 17 N. 2, pp. 239-270.

República de Moçambique. Ministério de Administração Estatal, 2005, *Perfil do Distrito de Massingao. Província de Inhambane*, Maputo: MAE.

Tschirley, David; Benfica, Rui, 2001, "Smalholder Agriculture, wage labour, and rural poverty alleviation in land-abundant areas of Africa: evidence from Moçambique", *Journal of Modern African Studies*, Vol. 39, N. 2, pp. 333-358.

Valá, Salim Cripton, 2003, *A problemática da Posse da Terra na Região Agrária de Chókwè (1954-1995)*, Maputo: Promédia.

Van den Berg, Jelle, 1987, "A Peasant Form of Production: Wage-Dependent Agriculture in Southern Mozambique", *Canadian Journal of African Studies*, Vol. 21, N. 3, 375-389.

Wardman, Anna, 1985, "The Co-operative Movement in Chokwe, Mozambique", *Journal of Southern African Studies*, Vol. 11, N. 2, pp. 295-304.

Webster, David, 1977, "Spreading the Risk: The Principle of Laterality among the Chopi", *Africa*, XLVII (2), 192-207.

Webster, David, 1978, "Migrant Labour, Social Formations and the Proletarianization of the Chopi of Southern Mozambique" *African Perspectives*, 1, pp. 157-174.

Webster, David, 1981, "The Politics of Instability: divorce and ephemeral alliance among the Chopi" in Eileen Jensen Krige and John L. Comaroff, (eds.), *Essays on African Marriage in Southern Africa*, Cape Town: Juta, pp. 50-67.

Wuyts, Marc, 1981, "Sul do Save: Estabilização e Transformação da Força de Trabalho", *Estudos Moçambicanos* 3, 33-44.

Young, Sherilynn, 1977, "Fertility and Famine: Women's Agricultural History in Southern Mozambique" in Robin Palmer and Neil Parsons, *The Roots of Rural Poverty in Central and Southern Africa*, London: Heinemann, pp. 66-81.

Zimba, Benigna, 2003, *Mulheres invisíveis: O género e as Políticas Comerciais no sul de Moçambique, 1720-1830*, Maputo: Promédia.



Av. Patrice Lumumba, 178 - Maputo
MOÇAMBIQUE

Tel. + 258 21 328894
Fax + 258 21 328895
www.iese.ac.mz